



Comunicado de imprensa

Luxemburgo, 29 de fevereiro de 2016

Fundos para infraestruturas rurais podem "alcançar muito mais", afirmam os auditores da UE

De acordo com um novo relatório do Tribunal de Contas Europeu, os projetos financiados pela UE para o desenvolvimento das zonas rurais através da construção de estradas, sistemas de abastecimento de água, escolas e outras instalações revelaram uma otimização limitada dos recursos. Apesar de alguns destes projetos de desenvolvimento rural terem resultado numa contribuição positiva para as zonas rurais, os auditores afirmam que é possível obter resultados "bastante mais significativos" com os fundos disponíveis.

Entre 2007 e 2013 foram atribuídos 13 mil milhões de euros de fundos da UE a infraestruturas rurais, através de Programas de Desenvolvimento Rural. As participações nacionais elevaram este montante para quase 19 mil milhões de euros. O objetivo consistiu em fomentar o crescimento económico, promover a atratividade das zonas rurais e melhorar as suas ligações a grandes infraestruturas. Existem muitas outras fontes de financiamento disponíveis a nível da UE, nacional, regional e local, que também apoiam estes investimentos.

No relatório, os auditores examinaram se a Comissão Europeia e os Estados-Membros alcançaram uma otimização dos recursos com as medidas que financiaram. Foram realizadas visitas a cinco Estados-Membros: Alemanha, Espanha, Itália, Polónia e Roménia. Apesar de alguns dos projetos de infraestruturas terem resultado numa contribuição positiva para as zonas rurais, os auditores constataram que os Estados-Membros e a Comissão, agindo no âmbito da gestão partilhada, apenas alcançaram uma otimização limitada dos recursos.

"A Comissão Europeia e os Estados-Membros partilham a responsabilidade por um elevado número de projetos de infraestruturas em zonas rurais", afirmou Nikolaos Milionis, o Membro do Tribunal de Contas responsável pelo relatório, e "poderiam alcançar muito mais se trabalhassem juntos de forma mais eficaz".

Os Estados-Membros nem sempre justificaram claramente a necessidade de recorrerem aos fundos de desenvolvimento rural da UE e centraram-se mais em evitar o duplo financiamento do que numa coordenação eficaz com outros fundos. O risco de os projetos poderem ser realizados

O objetivo do presente comunicado de imprensa é apresentar as principais mensagens do Relatório Especial adotado pelo Tribunal de Contas Europeu. O texto integral encontra-se em www.eca.europa.eu.

ECA Press

Mark Rogerson – Porta-voz

Tel.: (+352) 4398 47063

Telemóvel: (+352) 621 55 30 63

Damijan Fišer – Adido de imprensa

Tel.: (+352) 4398 45410

Telemóvel: (+352) 621 55 22 24

12, rue Alcide De Gasperi - L-1615 Luxembourg

E-mail: press@eca.europa.eu

[@EUAuditorsECA](https://twitter.com/EUAuditorsECA)

eca.europa.eu

sem fundos da UE não foi gerido de forma eficaz, apesar de terem sido identificadas algumas boas práticas. Os procedimentos de seleção nem sempre direcionaram o financiamento para os projetos mais sustentáveis e eficazes em termos de custos, e os longos atrasos nos processos administrativos limitaram a eficiência e a eficácia das medidas.

Em muitos casos não estavam disponíveis informações fiáveis sobre os resultados efetivamente alcançados, o que dificultou a orientação das políticas futuras e a gestão do orçamento em função dos resultados.

A partir de 2012, a Comissão adotou uma abordagem mais proativa e coordenada, afirmam os auditores. Se for corretamente executada, esta nova abordagem deverá resultar numa melhor gestão financeira durante o período de 2014-2020. No entanto, alertam os auditores, é provável que subsistam insuficiências em matéria de coordenação dos fundos e de informações sobre o desempenho.

Os auditores formulam as seguintes recomendações:

Os Estados-Membros devem adotar uma abordagem mais coordenada de apoio às infraestruturas rurais, que quantifique as necessidades e os défices de financiamento e justifique a utilização das medidas de desenvolvimento rural, com objetivos claros e específicos para os projetos. Devem igualmente garantir a seleção dos projetos com melhor relação custo-eficácia, ter em conta a vida útil dos investimentos quando definem os requisitos relativos à sustentabilidade e respeitar um calendário razoável para a aprovação dos projetos e a realização dos pagamentos.

A Comissão deve basear-se nas primeiras medidas adotadas para garantir a eficácia da coordenação e avaliar se os diferentes fundos da UE a utilizar nos investimentos em infraestruturas se complementam entre si.

Para gerir as despesas em função dos resultados, a Comissão e os Estados-Membros devem recolher dados oportunos, pertinentes e fiáveis.

Relatório Especial nº 25/2015, "Apoio da UE a infraestruturas rurais: existe potencial para melhorar significativamente a otimização dos recursos", disponível em 23 línguas oficiais da UE.